Grandes

opções do plano 2012

ano financeiro

FOTO: RUI ESTEVES DA SILVA

CIDADE DE PENICHE

PENICHE
Capital da Onda
the wave capital
www.cm-peniche.pt

GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2012

1. | ENQUADRAMENTO 3
2. | METODOLOGIA 4
3. | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS 5
| Introdução 5
| Medida de contenção e redução da despesa 8
Outras medidas de redução de despesa 10
| Medidas associadas às receitas municipais 13
| Gestão autárquica 14
Organização dos serviços municipais 14
Recursos humanos 15
| Endividamento municipal e consolidação orçamental 18
| Ordenamento do território e urbanismo 20
Ordenamento do Território 20
Gestão Urbanística 21
| QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 22
| Relação com as Juntas de Freguesia do Concelho 30
| Turismo 34
| Política cultural 35
| Desporto, Parque de Campismo Municipal e Piscinas Municipais 38
|Trânsito 40
| Cultura de segurança, Cidadania e Protecção civil 41
| Cemitérios – Casa Mortuária 42
|Política Social e Coesão Sócio-Territorial 43
| Estratégia municipal para o mar ...Peniche, sempre o mar... 47

1. | ENQUADRAMENTO

As Grandes Opções do Plano – GOP e a proposta de Orçamento para 2012 são elaborados pela Câmara Municipal e submetidos a aprovação da Assembleia Municipal, conforme a disposição legal da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Os documentos previsionais, GOP e proposta de Orçamento, regem-se, pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAl, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro, no tocante, nomeadamente, aos princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais, respectivamente, pontos 3.1, 3.2 e 3.3.

A estrutura adoptada é a usada desde 2007, assente na descrição das principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia para 2012, e inclui designadamente, o Plano Plurianual de Investimento – PPI e as Actividades Mais Relevantes – AMR.

O PPI destaca todos os projectos e acções, que implicam despesa orçamental a realizar por investimento, a desenvolver no âmbito dos objectos definidos pelo Executivo Camarário para o Município, num período temporal de 4 anos, bem como, reflecte, ainda, os ajustamentos das execuções anteriores. Este plano é feito tendo em especial atenção a actual conjuntura económico-social que se vive.

A AMR explana as acções de maior impacto na actuação da Câmara. Estas despesas fazem parte das AMR por não constituírem investimento.

A proposta de Orçamento está elabora de acordo com a classificação económica das receitas e das despesas públicas aprovada pelo Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

2. | METODOLOGIA

Os documentos previsionais para 2012 foram produzidos com a colaboração de todas as unidades orgânicas desta autarquia. Os contributos entregues pelos serviços têm-se revelado cada vez mais fulcrais para a valia técnica do documento.

As orientações estratégicas para 2012, assentam, principalmente, nas atribuições e competências da autarquia local, previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Toda a estrutura dos documentos previsionais obedece ao estabelecido no POCAL. Esta, permite, de forma simples, a identificação das dotações orçamentais, das fontes de financiamento, da unidade orgânica responsável pela execução, do prazo de execução e da fase em que se encontra o projecto.

A proposta de Orçamento, nomeadamente o PPI e AMR, é ordenada de acordo com a classificação funcional do POCAL. Quanto à proposta de Orçamento, para além do quadro-resumo inicial e da discriminação das despesas e receitas são, ainda, apresentados mapas auxiliares que decompõem as receitas e as despesas, para uma melhor compreensão de alguns montantes inscritos em diversas rubricas.

As GOP para 2012, são constituídas pela presente parte introdutória, as orientações estratégicas, pelo resumo do PPI e AMR e pela proposta do Orçamento.

3. | ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS

| INTRODUÇÃO

Com a aprovação, no passado dia 30 de Novembro, do Orçamento do Estado para 2012, e com a preocupante evolução das dificuldades da União Europeia em geral e da Zona Euro em particular, o cenário social político e económico que rodeia o momento em que apresentamos as Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, permite concluir que o próximo ano vai estar rodeado de extremas dificuldades para as famílias portuguesas e para os Municípios portugueses.

Em primeiro lugar porque a contínua diminuição das receitas das autarquias locais provenientes do Orçamento do Estado, com um novo corte de 5% a acrescer aos que se verificaram nos últimos dois anos, vem acelerar um processo já irreversível de esvaziamento financeiro das autarquias a que já se vinha assistindo, aliás, desde meados de 2010, esvaziamento esse que fez com que o Município de Peniche tivesse recebido menos cerca de um milhão e trezentos mil euros, entre os anos de 2010 e de 2012.

Em segundo lugar porque o aumento generalizado do IVA e, em particular o seu aumento na factura da electricidade, fará subir gravemente as despesas do Município de Peniche, forçando ainda mais a diminuição das possibilidades de concretizar investimentos em novos projectos por ausência de capacidade financeira, situação esta que é reforçada pelo aumento de dificuldades de contracção de novos empréstimos.

Em terceiro lugar porque à luz da acelerada degradação da situação económica e financeira, em particular da Zona Euro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê agora que a economia portuguesa deverá no próximo ano sofrer uma contracção mais profunda do que a antecipada pelo Governo e pela própria troika, apontando para que o PIB nacional contraia 3,2% em 2012. A política de austeridade que está a ser desenvolvida e reflectida nas opções inscritas no Orçamento do Estado levará à natural contenção nas despesas dos particulares e das empresas, à diminuição do consumo e ao não aparecimento de novos investimentos e naturalmente, entre muitas outras consequências, à diminuição das receitas directas e indirectas da autarquia.

Em quarto lugar porque a política social do actual Governo português vai obrigar a uma actuação mais atenta e exigente da autarquia em particular nas áreas da Acção Social e da Educação, aumentando seguramente os custos com estas duas áreas de intervenção. De acordo com as novas

previsões macroeconómicas da OCDE divulgadas no final do mês de Novembro, ir-se-á também verificar em Portugal uma deterioração ainda mais acentuada do mercado de trabalho e a taxa de desemprego em Portugal deverá subir mais de um ponto percentual, atingindo 13,8% em 2012.

A elaboração do Orçamento e das GOP's da Câmara Municipal de Peniche para 2012 teve em linha de conta os artigos da Lei do Orçamento de Estado - LOE aprovados na Assembleia da República, e que afectam directamente a nossa actividade, dos quais salientamos os artigos respeitantes à suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, ao pagamento do trabalho extraordinário, ao descanso compensatório, ao controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, à redução de dirigentes, à redução de trabalhadores à violação das regras relativas a compromissos e às dívidas das Autarquias Locais relativas ao sector da água, saneamento e resíduos.

Apesar de todos os constrangimentos expostos neste quadro, traçado de forma muito sintética, o Plano e o Orçamento do Município de Peniche para 2012 sustentam-se num princípio que assumimos com muita clareza - O Orçamento que estamos a apresentar é um de contenção, mas também de oportunidades.

É um Orçamento de contenção porque, perante a diminuição das receitas, apontamos para uma actuação do Município ainda mais rigorosa quanto à realização da despesa, de modo a não pôr em causa a sustentabilidade da autarquia. É por este motivo que continuaremos a actuar em diversas frentes na redução de custos, destacando as intervenções nas comunicações, na iluminação pública, na limpeza das praias, nas despesas com pessoal, nos apoios concedidos e no vasto conjunto de aquisição dos diversos materiais e serviços.

Mas o Orçamento de 2012 constitui também um novo mar de oportunidades que devem ser reconhecidas e potenciadas.

A atractividade do nosso concelho, pela sua localização geográfica e pela manutenção e reforço das suas actividades económicas ligadas ao mar e à agricultura, tem sido sistematicamente fortalecida nos últimos anos.

Esta situação de atractividade foi recentemente aumentada com duas novas realidades que devem ser reconhecidas e potencializadas. Estamos a referir o reconhecimento da Berlenga como Reserva da Biosfera da UNESCO e a realização do RIP CURL PRO PENICHE. Este evento, também reconhecido com a Fórmula 1 do surf, teve em 2011 uma edição memorável que entrará

definitivamente na história da ASP e transportará permanentemente o nome de Peniche como local de referência mundial para a prática do surf.

É importante também salientar algumas iniciativas que têm contribuído para a valorização e reforço da identidade do nosso concelho. Destaque especial para a nossa Renda de Bilros com uma Mostra Internacional com cada vez maior participação e qualidade e para o conjunto de provas desportivas que constituem referências nacionais como são a Corrida da Fogueiras e o Triatlo de Peniche.

Mas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2012 do Município de Peniche são também construídos à luz de um processo de reforma da Administração Local que nos preocupa. Convém relembrar que o Governo português iniciou recentemente um processo de Reforma da Administração Local, com a divulgação do respectivo "Documento Verde", e com o qual pretende "…mudar estruturalmente o modelo de gestão autárquica …".

Esta proposta de Reforma conduz, no nosso entender, a uma transformação profunda do Poder Local criado com o 25 de Abril, da qual salientamos duas grandes alterações:

Em primeiro lugar, a proposta de introduzir a lógica de executivos de uma só cor partidária, retirando o estatuto efectivo de oposição aos partidos não vencedores constitui um corte radical com toda a história do poder local democrático em Peniche. É importante salientar que o nosso concelho é, em termos nacionais, o Município que mais conviveu com maiorias relativas na composição dos executivos municipais, e essa situação teve como principal consequência o permanente envolvimento de todas as forças partidárias, e do eleitorado que representam, em todos os executivos municipais desde o 25 de Abril.

Em segundo lugar, mas não menos importante, a perda de duas freguesias na zona rural do concelho representaria o início inaceitável de um processo de perda de importância para as populações dessas freguesias, principalmente pelo que significa a perda de todos os serviços e trabalho de proximidade que desenvolvem. Entendemos que o conjunto das freguesias do nosso concelho são actores importantíssimos para desenvolver o nosso concelho e continuaremos a promover a colaboração intensa com a Câmara Municipal, tanto no âmbito das transferências financeiras como no apoio ao desenvolvimento de projectos que os eleitos das freguesias e as suas populações julgarem essenciais para o seu bem-estar, reforçando desta forma as suas competências.

| MEDIDA DE CONTENÇÃO E REDUÇÃO DA DESPESA

Medidas transversais de contenção nos gastos da despesa corrente da autarquia, de combate ao crescimento da despesa orçamental, tais como:

Maior controlo de materiais e gestão de *stock*, evitando desta forma custos de *stockagem* desnecessários e facturação de materiais cuja utilização seja deferida.

Melhoria da medida implementada em 2011 de elaboração de fichas de custos de actividades organizadas quer pelo Município quer por entidades externas, de forma a apoiar a tomada de decisão e a assegurar um maior conhecimento e controlo de algumas despesas que não são normalmente evidenciadas.

Reforçar, em cada momento, o controlo das aquisições, devendo ser avaliadas e ponderadas em função da evolução da conjuntura. Por outro lado, dar continuidade a uma medida, já implementada em 2011, que, com o apoio da gestão documental, permite o controlo das aquisições garantindo que as requisições internas acima de 500 euros sejam obrigatoriamente autorizadas pelo responsável político do respectivo pelouro.

Aumentar o número de processos de aquisição a abrir ao mercado, através da utilização da plataforma de compras públicas, que permite tornar públicos os procedimentos de ajuste directo, em detrimento do convite a um ou vários fornecedores.

Prevê-se para o ano de 2012 o início do funcionamento da central de Compras do Oeste que vai permitir garantir preços assentes na economia de escala para aquisições de bens e serviços específicos resultantes da expectativa de consumos dos Municípios do Oeste. Neste momento já está em curso, como projecto-piloto, a montagem do processo para a aquisição de papel.

Está já em fase de estudo a elaboração das peças do procedimento para lançar procedimento concursal para a carteira de seguros.

Pretende-se que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a contratualizar despesa para vários anos, dentro dos limites legais previstos em matéria de despesa pública. Pretende-se com esta medida poder tirar partido do mercado através da económica de escala e da garantia da relação contratual, conseguindo com isso um melhor preço. Como exemplo dos produtos susceptíveis de serem objecto desta autorização temos a aquisição de combustível, electricidade, serviços de manutenção, comunicações, entre outros.

Limitar a aquisição de serviços externos para funcionamento da autarquia ou para obras de pequena e média dimensão.

Redução e controlo dos custos com a avença dos CTT, privilegiando a utilização do *e-mail* de acordo com as regras administrativas. O ano de 2011 foi um ano em que esta despesa teve um peso extraordinário dada a quantidade de notificações resultantes dos procedimentos concursais, que a haver em 2012, serão efectuadas por *e-mail*.

Definir imagem, formatos e regras de utilização, criar garantias de registo de entradas e saídas de *e-mail*, permitindo a sua institucionalização como forma privilegiada de contacto.

Redução no valor global das comunicações, quer através da realização de concurso público esperando tirar partido da livre concorrência dos mercados, quer através da sensibilização para melhor utilização dos recursos disponíveis.

Redução das despesas de consumíveis informáticos, através da substituição gradual das impressoras individuais, com custos de manutenção elevadíssimos, por máquinas de impressão/cópia que sirvam áreas de trabalho mais abrangentes, privilegiando sistemas de *renting*, cuja manutenção é da responsabilidade do dono da máquina.

Redução da despesa de material de economato em 30%. A Gestão documental e a redefinição de processos, bem como a sensibilização para a criação de hábitos de leitura dos documentos em formato digital, vão permitir dar continuidade à redução desta despesa que já se fez sentir em 2011. Condicionar o número de impressões de fotocópias a cores para uso interno.

Redução dos custos com materiais gráficos de divulgação das actividades. Pretende-se concretizar uma melhor avaliação do custo/benefício da elaboração de material promocional para os eventos desenvolvidos pelo Município e garantir um maior controle na sua distribuição de forma a assegurar a sua efectiva promoção.

Redução das horas extraordinárias em, pelo menos 50%. Nesse sentido deverão ser Incrementados mecanismos de melhor planeamento das actividades de forma a assegurar que o trabalho a desenvolver possa ser realizado naturalmente dentro do horário normal de trabalho. Importa referir, que a LOE para 2012 prevê a redução do valor hora, e do limite de horas o que permitirá também um maior controlo do valor a despender nesta rubrica.

Dar prioridade às acções de formação financiadas pelo POPH e programar uma aplicação rigorosa da Lei do Trabalhador Estudante

Controlo rigoroso na justificação de faltas por parte da respectiva chefia e garantir um maior rigor no acompanhamento das baixas médicas, solicitando intervenção do Delegado de Saúde, nos termos da Lei.

Definir novos valores nos apoios e nos subsídios às actividades de carácter associativo através do estabelecimento de regulamentação para acesso aos apoios municipais, de acordo com a planificação das áreas de apoio municipal ao associativismo.

Redução dos gastos com combustíveis e prosseguir com o controlo rigoroso no abastecimento de viaturas.

Restrição no uso de viaturas municipais de serviço, reduzir o número de viagens dos autocarros municipais e restringir o uso de viaturas para consultas, dando sempre prioridade aos Munícipes mais carenciados.

Sensibilização dos serviços para redução do consumo de energia e água, nomeadamente através da criação de normas internas que incentivem a desligar computadores, monitores, impressoras, aquecimentos, iluminação e outros equipamentos durante o período de descanso, não deixar os equipamentos em *stand-by*, devendo ser desligados, etc.

OUTRAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE DESPESA

Projecto promovido pelo Oeste Sustentável: Luminárias tipo LED

A Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste, designada como "Oeste Sustentável", promovida pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM), definiu com uma das suas iniciativas prioritárias a remodelação de toda a Iluminação Pública na região Oeste, promovendo a substituição de luminárias tradicionais, por outras do tipo LED (**L**igth **E**mitting **D**iode).

Estas luminárias, em comparação com as tradicionalmente instaladas, permitem uma redução no consumo de energia eléctrica que pode atingir os 60%, com o consequente contributo para a redução nas emissões de CO2, estimando-se uma vida útil da ordem das 60.000 horas de funcionamento.

Para além das vantagens já mencionadas, destacamos ainda a melhoria da qualidade da iluminação em certos espaços públicos, particularmente nos níveis de iluminância atingidos. No entanto, a aplicação desta tecnologia ainda não é adequada a todas as situações de iluminação pública, razão pela qual a sua implementação deve ser progressiva.

Os Municípios da região Oeste celebraram um protocolo com a EDP Distribuição, permitindo que esta parceria, em conjugação com a candidatura apresentada pela OesteCIM ao eixo prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, no âmbito do regulamento específico – Energia MaisCentro, garanta alcançar os objectivos atrás referidos.

A 1ª fase de implementação do projecto, incidirá na substituição de equipamentos de baixo rendimento, ainda instalados no concelho.

Com a candidatura apresentada ao QREN e a parceria celebrada com a EDP Distribuição, não existirão custos para o Município com a instalação das novas luminárias.

Iluminação Pública (IP) – Utilização Racional

Constituindo os custos da Iluminação pública um valor significativo no conjunto da despesa efectuada com os consumos de energia eléctrica da autarquia, e considerando as restrições orçamentais existentes, merece a gestão racional da iluminação pública uma atenção especial.

No entanto, esta vontade não pode ser dissociada do trabalho que nesta área tem sido efectuado no concelho de Peniche, ao longo dos anos, onde tem ocorrido a preocupação de substituir luminárias de baixo rendimento e instalar novas luminárias de qualidade e alto rendimento luminotécnico. Este trabalho tem conduzido a uma melhoria significativa da iluminação pública sem aumento proporcional dos custos energéticos.

O Município de Peniche foi pioneiro na instalação de luminárias de tecnologia do tipo LED, ocorrida já em 2008.

No 2º semestre de 2011 iniciou-se, e concluiu-se, em parceria com a EDP, a instalação de novos relógios de comando da iluminação pública, em todos os Postos de Transformação do Concelho (mais de 140), designados por relógios astronómicos. Este equipamento, que veio substituir os relógios tradicionais e as células fotoeléctricas, permite controlar a hora de ligar e desligar a iluminação pública com referência aos horários de nascer e pôr do sol, possibilitando um ajusto diário

automático do horário de funcionamento de iluminação pública. Este facto conjugado com o atraso na ligação e a antecipação da desligação da IP, concorrem para uma poupança energética, sem influência na qualidade do serviço prestado.

A instalação dos relógios astronómicos, de luminárias do tipo LED e a utilização de luminárias tradicionais de bom rendimento luminotécnico são os vectores essenciais de uma política de gestão racional de Iluminação Pública. No futuro, perspectiva-se a implementação de novos modelos de gestão associados ao tráfego, mas que actualmente ainda têm custos e limitações de instalação significativos.

Iluminação de Natal

Relativamente à iluminação de natal é importante referir que ao longo dos anos tem sido prática do Município instalar iluminação decorativa em aproximadamente 25 locais da nossa cidade, recorrendo à aquisição das peças de ornamentação e à instalação das mesmas com meios da autarquia.

A iluminação de natal tem procurado ser comedida, mas digna e recorrendo a elementos com simbologia adequada à tradição da época em causa. À semelhança do ocorrido em 2011 será encurtado o número de dias de iluminação, iniciando-se apenas nos finais da primeira semana de Dezembro.

O investimento efectuado, comparativamente com outras localidades, é habitualmente muito baixo. Para 2012, mais uma vez, se aposta num investimento reduzido, mas que permita a substituição de materiais que se deteriorem.

Festival "Sabores do Mar"

Na edição de 2011 do Festival "Sabores do Mar" foi celebrado um protocolo com o Turismo do Oeste que definiu uma relevante comparticipação financeira para a sua realização. Para a edição de 2012 a obtenção dos apoios provenientes do Turismo do Oeste será determinante para a realização ou não deste evento.

Encerramento dos serviços à hora do almoço

Com vista a reduzir custos e principalmente a obter uma melhor rentabilização e concentração dos recursos humanos disponíveis, vai ser proposto o encerramento dos serviços à hora do almoço, entre

as 13:00 horas e as 14:00 horas, medida esta que será também extensível aos Serviços Municipalizados.

| MEDIDAS ASSOCIADAS ÀS RECEITAS MUNICIPAIS

Incentivar uma cultura de cobrança de receitas

Redefinir procedimentos de facturação de receitas no momento imediato ao da prestação de serviços, substituindo a emissão da guia de recebimento apenas no momento do pagamento.

Promover acordos de pagamento que garantam a cobrança de algumas dívidas de forma equilibrada para ambas as partes.

Como principal consequência do Licenciamento Zero, que irá entrar em vigor, vai ser necessário reforçar a Fiscalização Municipal, para poder obter garantia de cobrança de determinadas receitas através da sua actuação. Uma vez que, na maioria dos casos, é substituída a figura do licenciamento pela da comunicação prévia, ficaremos dependentes da boa vontade dos agentes económicos em cumprir a lei, o que como é óbvio, vai exigir uma maior intervenção do serviço de fiscalização.

Monitorizar os processos de licenciamento em curso de forma a garantir a redução de prazos de emissão das respectivas licenças e antecipar a cobranças de receitas.

Impostos e Taxas Municipais

No que diz respeito aos Impostos Directos, prevê-se para 2012 um ligeiro aumento do valor a cobrar do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, que não será muito significativo uma vez quem as avaliações previstas para 2012 não vão ter efeitos no IMI de 2012. Em termos de Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, prevê-se uma redução, resultante da conjuntura actual e do reduzido movimento de todo o mercado imobiliário. O valor previsto para 2012 de cobrança do Imposto Único de Circulação aponta para um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento das taxas previstas na LOE já aprovada.

Em relação às tabelas de taxas, tarifas e preços, vai ser concretizada uma actualização das alíneas mais relevantes através da aplicação da taxa de inflação definida para o efeito.

Relativamente à tarifa de resíduos sólidos, propõe-se um ligeiro aumento para os consumidores domésticos bastante inferior ao valor da taxa de inflação. No entanto, é prosseguida a política de recuperação de custos dos serviço, através da aprovação de um tarifário que permite ir ao encontro das principiais orientações definidas pela entidade reguladora para o sector. Inicia-se também em 2012 a cobrança da Taxa Nacional de Resíduos, taxa que constitui receita do Estado e não do Município, e que deve ser suportada directamente por todos os utilizadores deste serviço.

| GESTÃO AUTÁRQUICA

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Neste capítulo, destacam-se os impactos que diversos artigos da LOE para 2012 terão no funcionamento da autarquia, determinantes para que 2012 seja um ano pautado pela implementação de medidas que terão de ir ao encontro do cumprimento dessa Lei.

Entretanto continua em curso a adaptação da estrutura orgânica ao preceituado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro - Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais assente na estrutura hierarquizada, com uma composição dos serviços municipais baseada na constituição de unidades orgânicas, lideradas por pessoal dirigente, e de subunidades orgânicas, lideradas por pessoal com funções de coordenação.

Das medidas aprovadas para 2012 e que importam para esta matéria, salienta-se a seguinte:

"Artigo 40.º

Redução de cargos dirigentes nas autarquias locais

1 - Até ao final do primeiro semestre do ano de 2012 as autarquias locais reduzem, no mínimo, 15% do número de dirigentes em exercício efectivo de funções em 31 de Dezembro de 2011, incluindo cargos legalmente equiparados.

2 - Excepciona-se do disposto no número anterior as situações em que, da aplicação daquela percentagem, resulte número inferior a um cargo dirigente. "

Esta medida constitui no nosso entender o início do processo de redução de dirigentes municipais, que está enunciado no denominado "Documento Verde da Reforma da Administração Local", que propõe para o Município de Peniche, a existência de apenas 4 Chefes de Divisão na sua estrutura.

Todas as alterações que vierem a ser exigidas em 2012 irão obrigar ao ajustamento da estrutura orgânica, constituindo assim matéria muito determinante para o funcionamento da Câmara Municipal a partir de 2012, e cujo impacto irá forçar a agregação de unidades orgânicas o que poderá trazer perturbações significativas ao normal funcionamento dos serviços.

Iremos acompanhar e tentar ir ao encontro do enunciado no artigo atrás apresentado, mas as nossas maiores preocupações estão dirigidas para a forma como o Governo irá dar cumprimento às propostas bastante mais agressivas de redução do número de dirigentes previstas no já referido Documento Verde.

Em 2012, iremos dar continuidade a um processo iniciado no final de 2010, que vai ao encontro da simplificação dos serviços internos, da introdução de boas práticas e de uma gestão eficaz dos recursos, da diminuição de despesas desnecessárias e do incremento dos níveis de eficácia da organização, com vantagens claras para os Munícipes.

Como exemplo temos a elaboração do manual de atendimento e do manual do atendedor, o que conjugado com as alterações legais associadas ao licenciamento zero, com as alterações que resultarão do ajustamento da estrutura e consequente redefinição de procedimentos, e com a alteração dos regulamentos municipais, poderão constituir uma oportunidade de clarificação de procedimentos resultando numa melhoria de serviço prestado ao Munícipe. Para além desta iniciativa ao nível deste Município é um projecto que pretende ser implementado ao nível da região Oeste, permitindo que qualquer Munícipe saiba, em qualquer um deste Municípios como pode tratar do seu assunto.

Este projecto está intimamente ligado a assunção de medidas de simplificação e modernização administrativa, como foi o exemplo da gestão documental que permitiu, para além da disponibilidade e partilha de informação, reduzir custos a vários níveis da sua aplicação.

RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos, também o ano de 2012 será determinado pelas medidas apresentadas no Orçamento do Estado que foi aprovado no passado dia 30 de Novembro.

Para o Município de Peniche o ano de 2011 fica marcado pela definição dos recursos que vieram preencher as necessidades permanentes do desenvolvimento da actividade municipal, processo este que foi iniciado no final de 2010 cuja conclusão se prevê concretizar em 2012.

Em 2011 o Município de Peniche, em função das normas estabelecidas pela contenção em matéria de contratações, reduziu o número de trabalhadores, sendo este o primeiro retrocesso nos últimos anos, face ao caminho que vinha a ser percorrido nos anteriores exercícios.

Importa reforçar que esta tendência é contrária ao crescente aumento de exigências e de competências cada vez mais complexas que são atribuídas às autarquias locais.

No entanto, o cenário previsto para o ano de 2012, aponta para uma exigência substancial da redução do número de trabalhadores da Câmara Municipal de Peniche, pois o artigo 41.º da LOE para 2012, sobre a redução de trabalhadores nas Autarquias Locais define o seguinte:

> *"1 - Até ao final do terceiro trimestre do ano de 2012, as autarquias locais reduzem o número de trabalhadores de acordo com os seguintes critérios:*
>
> *a) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e de 2011, tenham reduzido em 10% ou mais o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008, reduzem, no mínimo, em 1% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011;*
>
> *b) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009, 2010 e de 2011, tenham reduzido em menos de 10% o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008, reduzem, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011;*
>
> *c) Autarquias locais que, no período referido nas alíneas anteriores, tenham mantido ou aumentado o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de Dezembro de 2008, reduzem, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2011.*
>
> *2 - No final de cada trimestre, as autarquias locais prestam à DGAL informação detalhada acerca da evolução do cumprimento dos objectivos de redução consagrados no número anterior.*
>
> *3 - No caso de incumprimento dos objectivos de redução mencionados no n.º 1, há lugar a uma redução das transferências do orçamento do Estado para a autarquia em causa no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efectiva redução de pessoal prevista naquela disposição no período em causa. "*

De uma primeira análise, que carece de maior aprofundamento, o Município de Peniche enquadra-se na alínea c) do n.º 1 do artigo 41.º da LOE para 2012, o que significa uma redução de 3%, isto é de cerca de 12 trabalhadores, redução essa que terá de ser concretizada até ao final do terceiro trimestre de 2012. O conteúdo final deste artigo, face à redacção inicial da proposta de LOE para 2012 tornou-se ainda mais gravoso, tendo em conta que utiliza como termo de referencia a situação a 31 de Dezembro de 2008, quando o que se verifica, no Município de Peniche e em vários Municípios do país, é que todos os esforços desenvolvidos para reduzir o número de trabalhadores tiveram início em 2010 e 2011.

Importa referir que ainda existem sectores com carência de recursos humanos, o que, dados os constrangimentos atrás enunciados irá obrigar ao reajustamento das formas como os serviços são prestados aos Munícipes, o que se espera conseguir introduzindo inovações e com o recurso a contratos de emprego e inserção, que já em 2011 colmataram algumas necessidades sazonais dos nossos serviços.

Ainda em matéria de dificuldades a que vamos assistir, salientam-se as resultantes das medidas de redução do limite de horas extraordinárias, e ainda a redução do valor hora, que vão criar dificuldades aos serviços em poder garantir o desempenho de determinadas tarefas, o que associado à dificuldade, ou quase impossibilidade em fazer novos recrutamentos vai obrigar a redesenhar muitos procedimentos.

A Câmara Municipal reconhece na formação um incentivo importante, senão um dos únicos que pode proporcionar aos trabalhadores, tirando partido dela através de recursos mais bem preparados para enfrentar os desafios do dia-a-dia, principalmente em matéria de Higiene e Segurança no Trabalho. No entanto, e dados os constrangimentos orçamentais a que temos estado sujeitos, a formação tem estado a aguardar o desenvolvimento da candidatura ao POPH elaborada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, o que em 2012 irá proporcionar um programa de formação para os trabalhadores do Município, sem prejuízo de algumas iniciativas internas de acções de formação promovidas por trabalhadores municipais que constituem a nossa bolsa de formadores e que em 2011 desenvolveram já algumas acções.

| ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

Endividamento municipal

O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para 2012 prevê o recurso a empréstimos de Médio e Longo Prazo. Um deles, já aprovado pela Assembleia Municipal para complemento da comparticipação para a obra de reabilitação de alguns Bairros Sociais, e cuja contratação aguarda o desenvolvimento do procedimento para contratação da empresa que vai realizar a obra, tem o seu valor global por definir. Este valor dependerá da nossa capacidade de endividamento resultante da situação a 31 de Dezembro de 2011.

Neste momento ainda é prematuro perspectivar o valor que o Município de Peniche poderá contratar para este e para outros projectos, como por exemplo o Centro Educativo de Atouguia da Baleia, que acreditamos venha a ser incluído nas situações excepcionais referidas no 5. do artigo 57.º da LOE para 2012.

O valor a que teremos direito resultará do rateio, e por isso, neste momento importa ter presente as regras a que estaremos sujeito e que estão definidas na LOE para 2012:

"Artigo57º
Endividamento municipal em 2012

1. *O valor do endividamento municipal líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis nºs 22/A/20067, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.*
2. *No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no nº 7 do presente artigo e no artigo 39º, nºs 1 a 5 e 7 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis nºs 22-A/2007, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível pra cada município.*
3. *O valor global das amortizações efectuadas no ano de 2010 é corrigido, até 30 de Junho, pelo valor das amortizações efectuadas no ano de 2011.*
4. *O rateio referido nos nºs 2 e 3 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazo para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.*
5. *Pode excepcionar-se do disposto nos nºs 1 e 2 a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas e tendo em conta a situação económica e financeira do país, designadamente no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana e incluindo o empréstimo- quadro do BEI.*
6. *Os municípios transmitem obrigatoriamente à DGAL, até 15 do mês seguinte ao final de cada trimestre, informação sobre os novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo celebrados, os montantes utilizados no cumprimento de contratos de crédito bancário e o montante das amortizações efectuadas no trimestre anterior.*

7. *O valor disponível para rateio nos termos dos nºs 1 e 2 do presente artigo é reduzido em € 150 milhões pra, em acumulação com as reduções previstas no artigo anterior, assegurar a diminuição do endividamento líquido dos municípios."*

Consolidação – Pagamento de dívidas de curto prazo

A suspensão do pagamento do subsídio de Férias e de Natal prevista no artigo 18.º da LOE para 2012 para valores acima dos 1100 euros e o pagamento parcial para remunerações entre 600 e 1100 euros, de acordo com a fórmula aprovada (1320-1,2*RBM), representa para o Município cerca de 320.000 euros.

Este artigo, conjugado com artigo 56.º, que a seguir se transcreve, vai obrigar a uma amortização relevante da dívida de curto prazo. Para isso, a Câmara Municipal terá de elaborar um plano de controlo de pagamentos que permita assegurar o cumprimento de todas as metas previstas, sob pena de redução das transferências de fundos.

"Artigo 56.º

Violação das regras relativas a compromissos

1 - Os agentes económicos que procedam ao fornecimento de bens ou serviços sem que o documento de compromisso ou nota de encomenda ou documento análogo tenha o número de cabimento e a clara identificação da entidade emitente não poderão reclamar da autarquia local o respectivo pagamento.

2 - Os dirigentes ou equiparados que assumam compromissos ou emitam notas de encomenda ou documentos análogos que não exibam o número de cabimento incorrem em responsabilidade disciplinar, financeira, civil ou criminal.

3 - Até ao final do ano de 2012, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011.

4 - À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efectuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal suportados em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 18.º da presente lei, a qual deverá ser obrigatoriamente afecta, por esta ordem, à:

a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011;

b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011;

c) Redução do endividamento de médio e longo prazos.

5 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até final do mês de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL entre Junho e Dezembro de 2011.

6 - No caso de incumprimento das reduções previstas nos n.ºs 3, 4 e 5 do presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do orçamento do Estado no montante equivalente ao valor da redução respectivamente em falta."

Para o cumprimento destas metas e tendo em conta a natureza da distribuição da receita corrente que por via do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI em Abril e Setembro geram picos de receitas em Maio e Outubro, completamente desfasados das necessidades de tesouraria criadas, quer pelo vencimento de prestações associadas a empréstimos de médio e longo prazo, quer pela necessidade cada vez maior dos fornecedores receberem o pagamento das facturas com alguma regularidade, pretende-se por esta via obter a autorização da Assembleia Municipal, nos termos, do n.º 7 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para a contracção de empréstimos de curto prazo, a amortizar no próprio exercício de 2012.

| ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Neste domínio, haverá que estabelecer prioridades e, no contexto actual, dos processos em curso, destacam-se claramente:

- O Plano de Urbanização da Zona de Vale do Grou.

- O Programa de Reabilitação Urbana.

- A Revisão do PDM, como elemento estratégico indispensável.

Também é indispensável que sejam analisados:

- A forma de prossecução e hierarquização dos Planos em curso, nomeadamente, os PU de Atouguia da Baleia, Serra D'El-Rei, Ferrel, Baleal, Geraldes/S.Bernardino/Casais do Júlio e revisão do PUZS, PP da zona central (em conclusão), acresce que o durante o ano de 2012 daremos forma ao projecto "Aldeia do Surf" apresentado na V Convenção Sou de Peniche, espaço privilegiado para a captação de futuros investimentos em terrenos municipais.

- Os constrangimentos da cartografia de base.

Planear, significa "prever" e prever é sempre um exercício difícil, arriscado e falível. Mas não há alternativa.

Os grandes desenvolvimentos só acontecem quando se prevêem antecipadamente as oportunidades. Este é um dos grandes desafios para 2012. E tendo em conta as dificuldades de ordem financeira concretizá-lo, com o máximo de recurso aos técnicos municipais.

Também nesta matéria as dificuldades financeiras impõem que nos organizemos de modo a optimizarmos as competências que existem no Município, procurando uma maior articulação / cooperação interdepartamental.

Mas também, a administração central deverá ser sensível a esse aspecto e flexibilizar a legislação de modo a que, na prática, não impeça os técnicos municipais de produzirem planos e projectos, como actualmente acontece.

GESTÃO URBANÍSTICA

Para o ano de 2012, prevêem-se como grandes desafios nesta área, os seguintes:

- Um considerável reforço da capacidade regulamentar, em especial como resposta atempada ao novo regime denominado de "licenciamento zero", que vai exigir a produção de regulamentos municipais nesta área, por uma equipa multidisciplinar, com colaboração interdepartamental e apoio jurídico permanente.

- Mais uma vez está anunciada alteração de legislação na área dos licenciamentos, no sentido de aligeirar procedimentos. Espera-se que seja rápida, para que finalmente se possam concluir as alterações ao RMUE e clarificar de uma vez por todas, qual a real intervenção dos Municípios nas obras particulares, a todos os níveis.

- É também urgente, face às mais recentes alterações do RMUE, regular internamente a apreciação de processos de loteamento e das obras de urbanização associadas, já que estas últimas estão agora sempre sujeitas ao regime de comunicação prévia, não obstante permaneça ainda na legislação, várias contradições nesta matéria.

- Por último, espera-se que, com a diminuição de processos, seja possível libertar massa crítica para um controlo interno de procedimentos, muito mais apurado e organizado,

Estes desafios exigirão ajustes e alterações de tarefas e responsabilidades de alguns funcionários, de modo a maximizar as suas capacidades e competências.

| QREN – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

Na sequência do trabalho que vem sendo desenvolvido, o ano de 2012 será caracterizado pela realização e desenvolvimento de candidaturas submetidas e aprovadas nos anos anteriores e pela gestão corrente dos respectivos processos e pedidos de pagamentos. Prevê-se ainda que, no decorrer do ano, algumas candidaturas com elevado grau de maturidade possam vir a ser submetidas e aprovadas.

A maioria das candidaturas a submeter durante 2012 encontra-se já prevista e com financiamento reservado, no âmbito do Contrato de Subvenção Global (contratualização) entre a Comunidade Intermunicipal do Oeste e o Mais Centro. Previa-se que essas candidaturas pudessem ser apresentadas no final de 2011 mas, diversos atrasos, alterações e indefinições na gestão dos programas operacionais, adiaram a abertura de novos períodos de candidatura, através do sistema de "balcão permanente", para o ano de 2012.

As restantes candidaturas, a apresentar através de sistema de concurso, correspondem ou a projectos com alguma continuidade temporal, como é o caso do Programa de Estágios Profissionais da Administração Local (PEPAL) ou a operações que, pela sua especificidade, aguardam ainda a abertura de concurso por parte dos respectivos programas operacionais.

Do conjunto de candidaturas em que o Município se encontra envolvido destacam-se, pela sua relevância estratégica, as que constituem Estratégias de Eficiência Colectiva, quer no âmbito da Política de Cidades - POLIS XXI, quer no âmbito dos Clusters e Pólos de Competitividade.

Destacam-se ainda as candidaturas de operações conjuntas, apresentadas no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Oeste, cujos resultados são já visíveis, como é o caso do "Apetrechamento Tecnológico das Escolas do 1.º Ciclo/Jardins de Infância do Oeste".

O ano de 2012 ficará ainda marcado pela conclusão de duas importantes operações: a Obra de Recuperação do Fosso da Muralha -1.ª fase – Área Molhada e a Construção do "Centro de Alto Rendimento de Surf".

Para além destas, é possível que outras operações físicas de menor investimento e complexidade se iniciem e terminem no ano de referência.

Seguidamente apresenta-se um breve resumo das candidaturas referidas:

Programa de Estágios Profissionais na Administração Local 2011/2012

Esta é uma candidatura que visa dar continuidade ao objectivo de promover a modernização, a colmatação de algumas lacunas funcionais e o rejuvenescimento dos recursos humanos do Município, proporcionando contratos de formação em posto de trabalho a jovens entre os 18 e os 30 anos, possuidores de licenciatura ou bacharelato (níveis de qualificação V e IV) ou habilitados com curso de qualificação profissional (nível III), recém-saídos dos sistemas de educação e formação à procura do primeiro emprego ou desempregados.

Requalificação das Praias do Molhe Leste e Medão-Supertubos

A requalificação das praias do Molhe Leste e Medão/Supertubos enquadra-se nos princípios e objectivos da Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, designadamente na qualificação da frente de mar abrangida. Este projecto, com candidatura aprovada em 2008, contribui para a conservação de recursos e do património natural e paisagístico, reforçando e promovendo a qualificação da zona costeira, valorizando um troço de características naturais, com forte utilização balnear.

O projecto prevê intervenções em áreas sensíveis sujeitas actualmente a grande pressão antrópica relacionada com a actividade balnear, contribuindo para a melhoria da segurança das pessoas e para a prevenção da degradação dos ecossistemas costeiros, correspondendo integralmente às prioridades estratégicas definidas pelo Município em termos ambientais.

Inicialmente submetida ao Mais Centro pelo Município de Peniche esta candidatura passou em 2011 a ser uma iniciativa da responsabilidade da Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH Tejo), com financiamento do Fundo de Protecção e Gestão dos Recursos Hídricos.

Rota Rede Natura do Oeste

Aprovado em 2008, este projecto em parceria com os Municípios de Lourinhã e Torres Vedras e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, consiste na implementação de um percurso pedestre devidamente delimitado, sinalizado e homologado ao longo de mais de 40 Quilómetros da orla costeira dos três concelhos, maioritariamente em espaço classificado como Rede Natura 2000.

A sinalética colocada em 2011 inclui informações sobre fauna, flora, geologia, história, etnografia e património edificado, promovendo a riqueza e singularidade ambiental e paisagística desta faixa litoral, essenciais para o desenvolvimento e diversificação das ofertas e actividades turísticas. Os trabalhos no terreno foram concluídos em 2011, estando prevista a elaboração do *site* e o encerramento físico e financeiro do projecto durante o ano de 2012.

Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar

Anteriormente designada por Cluster do Mar da Região Centro, esta candidatura visou a obtenção do reconhecimento e promoção das actividades ligadas ao mar, enquanto Estratégia de Eficiência Colectiva, por parte do Programa Operacional Factores de Competitividade.

A candidatura do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar consiste na criação de sinergias, de uma visão integradora e de objectivos comuns, através da coordenação de dezenas de operações, previstas ou em desenvolvimento, subordinadas ao mesmo tema, mas que podem aplicar-se a áreas tão diversas como o turismo, a pesca, a aquacultura, a construção e reparação naval, a biotecnologia, os transportes, a produção de energia ou o património e a educação.

Este projecto, a desenvolver até 2013 envolve dezenas de parceiros das regiões Norte e Centro, que vão desde associações de municípios a empresas privadas, instituições de ensino e investigação, associações empresariais, profissionais e de produtores. O Município de Peniche, em representação da Comunidade Intermunicipal do Oeste, integra a direcção da Associação Oceano XXI, entidade constituída para promover e implementar o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar.

Centro de Alto Rendimento do Surf

O Centro de Alto Rendimento do Surf de Peniche, situado na freguesia de Ferrel, integra-se na respectiva rede nacional bem como na Medida 6 - Centros de Alto Rendimento, da Secretaria de

Estado da Juventude e Desporto. Trata-se de um equipamento municipal, integrado na Rede Nacional de Centros de Alto Rendimento, tendo sido justificado pelas condições naturais ímpares que o concelho de Peniche oferece para a prática deste desporto na onda.

Este equipamento, que se encontra em fase final de construção, baseia-se numa solução de estrutura ligeira, recorrendo a materiais como a madeira e o vidro, com uma integração de baixo impacto na paisagem envolvente.

O projecto deverá incorporar ainda uma componente de micro-geração de energia e uma sala destinada a acções de promoção e sensibilização ambiental. O edifício, com capacidade para alojar mais de 30 pessoas, será constituído por 3 áreas distintas: uma zona residencial, uma área polivalente e uma área social de acesso comum. Prevê-se que em 2012 as obras sejam concluídas e o Centro de Alto Rendimento de Surf de Peniche entre em funcionamento. Deste modo será o primeiro equipamento do género a entrar em funcionamento no país, destinado a acolher estágios e treinos de surfistas e atletas de outras modalidades de deslize nas ondas.

Recuperação do Fosso das Muralhas de Peniche – 1.ª Fase (Área Molhada)

A empreitada de Recuperação do Fosso da Muralha - 1.ª fase (Área Molhada) deverá estar concluída em meados de 2012, depois de alguns atrasos ocorridos devido às imprevisíveis características geológicas existentes na cota de fundação da eclusa.

Em 2011 foram concluídos os trabalhos da Ponte Pedonal 1 (aberta ao público no dia 05 de Março de 2011), a Ponte Pedonal 2, a Plataforma flutuante e passadiço de acesso, a Ponte Rodoviária – Ponte Velha (aberta ao público no passado dia 02 de Novembro de 2011).

Estão em curso os trabalhos de modelação de taludes, transplantação de espécies locais e hidrosementeira.

Trata-se de uma importante obra para o concelho de Peniche e, como tal, consideramo-la como uma das prioridades da nossa acção autárquica.

Recuperação do Fosso da Muralha de Peniche – 2ª Fase (Área Envolvente)

Com as obras da 1.ª Fase a poucos meses de se encontrarem concluídas, a intervenção na zona envolvente ao Fosso da Muralha de Peniche começa agora a apresentar condições mais favoráveis

para poder vir a concretizar-se. Na sequência da revogação do Regulamento "Parcerias para a Regeneração Urbana" e da aprovação, em Junho passado, do Regulamento "Reabilitação Urbana", 2012 trará a oportunidade de apresentação de uma candidatura, através do sistema de "Balcão Permanente", que venha a co-financiar esta operação. Importa ainda reforçar que, para além da revogação de regulamentos, ocorrida em meados de 2011, o avançado estado de maturidade (encontrar-se, pelo menos, em fase de intenção de adjudicação) das operações submetidas a candidatura, passou a ser condição essencial à sua aprovação.

Grupo de Acção Costeira do Oeste

O Grupo de Acção Costeira do Oeste, liderado pela ADEPE, é a entidade regional responsável pela definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável dentro da sua área de intervenção com vista a apoiar as comunidades mais dependentes da pesca nas componentes económica, ambiental e social como forma de fazer face à diminuição dos recursos, aos baixos rendimentos da actividade, à fraca competitividade do sector e ao reduzido valor acrescentado dos seus produtos.

Finalizado o primeiro período de candidaturas, o GAC Oeste prepara-se para abrir uma nova fase durante 2012 que se prevê que venha a esgotar a verba do Fundo Europeu das Pescas atribuído à Região Oeste.

O Município de Peniche encontra-se a aguardar a aprovação de 3 candidaturas submetidas no âmbito do GAC Oeste: "Musealização do Sítio Arqueológico do Morraçal da Ajuda", "Reformulação da Área Expositiva da Construção Naval do Museu de Peniche" e "Realização da Mostra Internacional da Renda de Bilros de Peniche".

Construção da Biblioteca Municipal de Peniche – 2.ª Fase

A candidatura denominada "Construção da Biblioteca Municipal de Peniche - BM2" - 2.ª Fase, visa a obtenção de co-financiamento comunitário para concluir as obras de construção daquele equipamento. A candidatura apresentada no final de 2010 contempla, parcialmente, a recuperação do edifício da 1.ª Central Eléctrica de Peniche, edifício com interesse histórico e arquitectónico, com um importante papel no imaginário colectivo de Peniche, localizado no centro urbano da localidade, junto dos principais serviços públicos e estabelecimentos de ensino.

A 1.ª fase do projecto consistiu em trabalhos de demolição, movimentação de terras, construção da superestrutura em betão armado, alvenarias, revestimento, cobertura, isolamento e revestimento de paredes e tectos, estaleiro, instalações eléctricas e estaleiro.

O projecto dispõe de todas as valências e cumpre a totalidade dos requisitos exigidos para a tipologia de biblioteca em causa. No entanto, a empreitada só será adjudicada caso as condições de co-financiamento venham a tornar-se mais favoráveis, permitindo ao Município fazer face ao elevado montante de investimento que a conclusão desta obra representa.

Fórum Multiusos de Serra D´El-Rei

Este projecto pretende promover a reabilitação de um imóvel de traça tradicional, localizado num espaço urbano central da vila de Serra D´El-Rei, com o objectivo de adaptá-lo a um fim multiusos e transformando-o num pólo de apoio e estímulo ao desenvolvimento local.

Actualmente encontra-se em fase de adjudicação a elaboração do seu projecto de arquitectura e das respectivas especialidades.

A construção deste equipamento integra-se numa política municipal mais vasta de serviços de proximidade (Biblioteca, Espaço Internet, Correios, Acções de Formação e aulas diversas), de valorização do património e de aposta num turismo cultural; está integrado também em várias Redes Municipais: a Rede Museológica do Concelho, a de Bibliotecas Municipais e a de Espaços Internet, permitindo um desenvolvimento integrado do território concelhio.

Por forma a manter a identidade do imóvel, prevemos o início da intervenção por administração directa no decurso do ano de 2012.

Apetrechamento Tecnológico das Escolas do 1.º Ciclo/Jardins de Infância do Oeste

Esta candidatura, apresentada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste e aprovada em Julho de 2010, inclui o conjunto dos 12 Municípios que constituem a região e visa aumentar a qualidade do ensino, através do desenvolvimento das competências dos alunos no âmbito das tecnologias da informação, melhorando a qualidade dos métodos de ensino, promovendo a diminuição das desigualdades e aumentando o interesse dos alunos durante os processos de aprendizagem.

No final de 2011, foram instalados quadros interactivos e os respectivos videoprojectores e suportes em 13 salas de 7 escolas EB 1 e Jardins de Infância do Município de Peniche. Durante o ano de 2012 deverá decorrer o encerramento físico e financeiro desta operação.

Modernização Administrativa do Oeste – Modelo de Gestão Voltado para o Munícipe

Promovido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste - OesteCIM – este projecto pretende contribuir para o reforço da proximidade entre Munícipes e autarquias locais, através da simplificação de processo administrativos, baseados numa forte componente de modernização tecnológica.

A candidatura assenta em princípios como a uniformização de padrões de atendimento e prestação de serviços públicos municipais no Oeste, através da facilidade no acesso à informação por parte do Munícipe e da integração e interoperabilidade das soluções tecnológicas que suportam o sistema.

Este projecto abrange diversas componentes, nomeadamente a execução dos seguintes sub-projectos:

1. Balanced Scorecard;
2. Interoperabilidade de sistemas;
3. Arquitectura de Sistemas;
4. Plano de Classificação do Arquivo do Oeste;
5. Infra-estrutura Tecnológica;
6. Gestão Documental;
7. Base Conhecimento – Balcão Único do Oeste;
8. Balcão Único Multicanal do Oeste;
9. Portais – Internet; Internet e Extranet;
10. Gestão da Qualidade;
11. Plano de Comunicação;

Trata-se de uma candidatura submetida em Abril de 2010, com um investimento elegível aproximado de 3,5 milhões de euros, envolvendo 12 Municípios, que apresenta um prazo de execução de cerca de 3 anos.

O Município de Peniche tem dado o seu contributo para o desenvolvimento do projecto, estando representado em diversos grupos de trabalho. A sua acção tem procurado garantir que não haja redundância com soluções já desenvolvidas e implementadas, procurando contribuir para que exista uma rentabilização dos recursos que lhe estão afectos.

Remodelação do Centro Coordenador de Transportes de Peniche

Esta candidatura, cuja empreitada já foi finalizada destinou-se a recuperar o Centro Coordenador de Transportes Públicos da Cidade de Peniche que apresentava sinais evidentes de avançada degradação.

Os trabalhos foram constituídos por demolições várias no interior e exterior, incluindo a substituição integral de cobertura, alvenarias, revestimentos de pavimentos, rodapés, paredes e tectos, serralharias, carpintarias, cantarias, equipamentos sanitários e acessórios, equipamentos fixos e equipamentos diversos, rede de distribuição de águas, rede de drenagem de águas residuais e pluviais, segurança contra riscos de incêndios, instalação eléctrica e ITED.

No exterior os trabalhos incluíram a construção de muretes de vedação, substituição de vedação, colocação de portões automáticos, passadeiras para peões, lancis, revestimentos, equipamento diversos e ainda sinalização. Durante o início de 2012 deverá consumar-se o encerramento financeiro da operação.

Construção do Centro Educativo de Atouguia da Baleia

A conclusão da negociação com os proprietários dos 8 terrenos necessários para a construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, bem como o desenvolvimento do projecto de arquitectura, foram os passos decisivos dados pelo actual Executivo Municipal, para o desenvolvimento desta tão importante obra para o concelho de Peniche

Prevê-se assim que durante o ano de 2012 se inicie a construção do novo Centro Educativo de Atouguia da Baleia. O projecto insere-se numa nova lógica integrada de oferta educativa, potencializando complementaridades entre as diversas valências de ensino. A sua concretização permitirá responder ao previsível incremento populacional da Vila, à disponibilização de oferta pública no pré-escolar e melhorar também a qualidade da oferta (permitindo o desenvolvimento de novas respostas, como as actividades de complemento e enriquecimento curricular).

Esta operação, com projecto de arquitectura finalizado e projectos de especialidades em elaboração, tem um investimento total estimado em cerca de 1,9 milhões de euros e encontra-se prevista no quadro da contratualização, reunindo amplas condições para ser co-financiada a uma taxa de 80%. Aguarda-se que o período de candidaturas para esta tipologia de projecto seja aberto no início de 2012.

Recuperação do Edifício António da Conceição Bento

A rede Museológica do concelho de Peniche ficará mais enriquecida com o novo projecto do Museu de Rendas de Bilros de Peniche. Este importante projecto municipal encontra-se já em fase adiantada de concurso público, seguindo-se de imediato a reabilitação do imóvel que a Câmara Municipal de Peniche adquiriu à família de António da Conceição Bento.

Trata-se de um edifício da década de 40 do séc. XX, que beneficia de uma localização privilegiada no Centro Histórico de Peniche e que, devido à relevância do seu passado e às suas características arquitectónicas singulares, foi recentemente adquirido pelo Município de Peniche.

Incluída na Parceria para a Regeneração Urbana, esta iniciativa beneficiará de uma taxa de co-financiamento de 80%, para um investimento elegível estimado em 600.000,00 euros. A operação contempla um programa de utilização do edifício que passa pela sua recuperação ao nível do exterior e interior, adaptando-o à instalação do Museu das Rendas de Bilros no piso térreo e ao funcionamento de serviços do Município de Peniche nos pisos superiores.

O Museu de Rendas de Bilros de Peniche versará o estudo, a conservação e a divulgação deste património cultural – A Renda de Bilros de Peniche na sua vertente material e imaterial.

| RELAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO

A Câmara Municipal de Peniche vai prosseguir uma efectiva política de descentralização com as 6 freguesias do concelho, apesar de continuarmos a ser vítimas da maior redução de sempre, num só mandato, de transferências das verbas provenientes do Orçamento do Estado, desde Junho de 2010 (mais de 1,3 milhões de euros), do aumento de encargos com impostos, do aumento do IVA com a electricidade, contribuindo dessa forma para um aumento de despesa da Autarquia e prejudicando a realização de mais e novas obras reivindicadas pelas populações.

É neste cenário de ataque à autonomia e ao financiamento do poder local democrático, onde as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, sofreram novos cortes nos seus cada vez mais reduzidos orçamentos, que propomos manter os Protocolos de Delegação de Competências em vigor, com as seguintes principais linhas orientadoras:

- Manutenção do pagamento das despesas tidas com o pessoal e respectivos encargos com a ADSE, como forma de ajudar a reduzir as despesas específicas das Juntas de Freguesia do concelho.

- Uma redução de 10% de valores financeiros transferidos em 2011. Salientamos que esta redução está associada ao cada vez menor montante de transferências do Estado a que a nossa autarquia tem estado sujeita.

Globalmente, é a seguinte a evolução dos apoios atribuídos às freguesias correspondentes ao protocolo financeiro e aos vencimentos do pessoal:

	Protocolos (€)	Pessoal (€)	Total (€)
2011	235.595	247.020	482.615
2012	212.055	247.020	459.075
Evolução (%)	-9,99%	0,00%	-4,88%

A Câmara Municipal de Peniche apesar do quadro financeiro já descrito continuará a privilegiar o planeamento e agendamento das chamadas pequenas obras por administração directa, com o envolvimento de todas as Juntas de Freguesia nas reuniões de elaboração do Mapa de Obras Municipal. Será prosseguida uma política de contenção no fornecimento de matérias-primas e combustíveis.

A Câmara Municipal de Peniche contempla no seu Orçamento, obras importantes nas seis Freguesias do concelho, a iniciar ou a concluir no decurso de 2012.

| Educação

Numa lógica de continuidade das políticas educativas que se têm vindo a desenvolver, o Executivo Municipal, reconhece e valoriza a Educação enquanto pilar fundamental de desenvolvimento, atento à necessidade de acompanhar o progresso da sociedade aos seus vários níveis.

Em termos de concretização, dispõe de vários meios e mecanismos para a sua execução, de entre os quais se destacam os que seguidamente serão apresentados.

Têm sido criados importantes momentos para divulgação e promoção das Rendas de Bilros de Peniche – elemento fundamental de Património e de Identidade da nossa comunidade.

O lançamento do projecto "As Rendas de Bilros Vão à Escola", com o objectivo de estimular as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico para o conhecimento e aprendizagem sobre as Rendas de Bilros, através de várias iniciativas apresenta resultados satisfatórios, tendo-se verificado um aumento do número de crianças a frequentar a Escola de Rendas da Câmara Municipal e os "Ateliers de Verão". Neste sentido, Pretendemos este ano lectivo, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, aprofundar a aprendizagem deste *saber-fazer.*

Procurando garantir uma continuidade pedagógica de actividades formativas, nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, este ano contaremos com um projecto-piloto na EB1 N.º3 de Peniche, com o apoio do Agrupamento Vertical de Escolas de Peniche e da Associação Rendibilros, sendo objectivo futuro desenvolver o projecto noutras Escolas do concelho.

O Regime de Fruta Escolar mantém-se em 2012, sendo já o terceiro ano desde o início da sua implementação. Com um objectivo geral que visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, duas vezes por semana, distribuídos ao longo de trinta semanas, e destinando-se a todos os alunos que frequentem os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho.

Este Regime está sujeito à implementação de Medidas de Acompanhamento, numa perspectiva de educação alimentar que promova hábitos de vida saudáveis. Das medidas apresentadas à Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, pela Câmara Municipal em parceria com os três Agrupamentos de Escolas, constam: dinamização das hortas pedagógicas; realização de actividades lúdicas; fornecimento de materiais didácticos; iniciativas junto dos agregados familiares das crianças; fornecimento aos professores de livros e outro material didáctico, para ensino às crianças de hábitos de alimentação saudáveis; divulgação do Programa através do *site* do Município.

No âmbito da Acção Social Escolar é prioritário apoiar o número crescente de famílias financeiramente carenciadas, quer através de Auxílios Económicos, para livros e material escolar, com a Componente de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e com o Programa de Generalização de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. De ano para ano tem-se conseguido alargar a oferta a um maior número de crianças e famílias. O investimento da Autarquia, em matéria de Acção Social Escolar, reflecte a sua preocupação e consciência social. Sendo objectivo para 2012, aumentar para 100 mil, o número global de refeições fornecidas.

O Conselho Municipal de Educação, consignado no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, define-se no seu artigo 3.º como sendo " uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo

promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo."

Obedecendo a um conjunto de competências que provêm da Lei e lhe são próprias, localmente procura-se promover momentos de partilha e reforçar a articulação com os diferentes parceiros educativos. No âmbito das suas competências, temos a Monitorização da Carta Educativa, que constitui um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos. Feita a primeira fase da sua aplicação, realiza-se anualmente a monitorização de dados. Encontra-se em fase de elaboração o relatório para a sua actualização e monitorização, numa perspectiva abrangente e que contemple aspectos diversificados inerentes à sua natureza e potencial. Neste processo, é fundamental o envolvimento dos vários parceiros educativos, elementos fundamentais na recolha e análise crítica de dados.

Para a Feira de Ensino, Formação e Emprego – Orient@-te, pretende-se introduzir algumas mudanças de forma a criar um espaço mais rico e dinâmico. Destina-se à população em geral, sendo muito procurada pelos jovens, escolas, pessoas à procura de emprego, organizações governamentais e não-governamentais, orientadores profissionais, promotores, empresas e empreendedores.

As Bolsas de Estudo destinam-se a estudantes do Ensino Superior, detentores de um percurso escolar meritório e residentes no concelho, de forma a apoiar e tentando contornar as dificuldades económicas evidenciadas pelo seu agregado familiar.

Certos de que a Educação é um investimento fundamental para o desenvolvimento social e local. Neste sentido, a Autarquia conta voltar a apoiar 13 estudantes do ensino superior, no montante total de 13 mil euros.

Actualmente, as autarquias locais vêem-se confrontadas com crescentes responsabilidades em matéria educativa, resultantes da transferência de competências da tutela. Neste âmbito, a Autarquia tem acompanhado, de forma atenta, as propostas e desenvolvimentos apresentados pelo Ministério da Educação e Ciência. Sendo esta uma questão que requer uma análise atenta e partilhada entre os diversos parceiros, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular e de acordo com o Despacho n.º 8683/2011, de 28 de Junho, que procede à primeira alteração ao Despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio, que define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família. O Município disponibiliza, aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, três áreas de actividades: (1) Actividade Física e Desportiva, (2) Ensino de Inglês e (3) Actividades Lúdico Expressivas (Movimento, Música e Drama e Educação para a Cidadania).

Os Agrupamentos de Escolas são parceiros fundamentais na implementação e acompanhamento pedagógico deste Programa.

Anualmente, a Autarquia contrata cerca de 50 técnicos superiores, para leccionar Actividades de Enriquecimento Curricular, dentro das três áreas que disponibiliza aos alunos.

Ao longo do ano lectivo realizam-se várias iniciativas e projectos, promovidos pela Autarquia e/ou pelos Agrupamentos de Escolas, contando com o apoio destes docentes e envolvendo a comunidade educativa.

O Parque Escolar tem merecido um grande investimento por parte da Autarquia, nomeadamente no âmbito da manutenção de equipamentos e edifícios, bem como, no âmbito da modernização tecnológica das escolas.

Continuam activos os processos tendentes à construção faseada do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, Núcleos Escolares de Ferrel e Serra D`El-Rei.

Está em fase de execução o processo para construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia. Aguarda-se com natural expectativa o Edital do QREN, que definirá os critérios e os meios financeiros para o efeito.

| TURISMO

Na senda das medidas de política implementadas nos anos transactos, em 2012 continuará a verificar-se uma aposta clara da Câmara Municipal de Peniche no sector turístico, potenciando os vastíssimos recursos de que o concelho dispõe nesta área. Embora com alguma redução do investimento, pretende-se manter o apoio que vem sendo dedicado ao sector do turismo, de modo a

que que este continue a ter uma actividade com efeitos multiplicadores, directos e indirectos, capaz de impulsionar de forma significativa as actividades que se encontram a jusante na economia local.

Numa articulação entre pelouros e serviços, manter-se-á a aposta na promoção no destino Peniche e das suas potencialidades, baseada numa aposta multifacetada, ancorada no património local, capaz de gerar procuras significativas por parte de públicos-alvo diversificados. O aumento da atractividade e a diminuição da sazonalidade, baseado nos recursos endógenos e nas especificidades locais, designadamente através da diferenciação do turismo relacionado com a marca "Peniche - Capital da Onda" e do *touring* cultural, manter-se-ão como grandes apostas do Município para 2012.

Nos últimos anos tem-se verificado um crescimento consolidado da procura turística no concelho de Peniche, a que não é alheia a promoção efectiva que tem sido realizada ao nível do património e das actividades de animação, dos mais variados âmbitos: culturais, recreativas, desportivas, etnográficas e que, em 2012, serão mantidas, embora ajustadas a uma menor capacidade financeira do Município.

Destaque para a Mostra Internacional de Renda de Bilros que, nos últimos anos, tem contado com a presença de diversas comitivas nacionais e estrangeiras. Este evento continuará a merecer um especial carinho por parte da autarquia, através da introdução de melhorias graduais em todas as edições. Também neste domínio, a presença reforçada em certames internacionais de promoção de Peniche enquanto destino turístico, como a FIA (Feira Internacional do Artesanato) e a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) são experiências a repetir em 2012.

Manteremos a organização do "Carnaval de Inverno" e do "Carnaval de Verão". Tudo faremos para reeditar, em parceria, o Festival Sabores do Mar, aguardando a definição / concretização do apoio financeiro do Turismo do Oeste.

A candidatura de diversas praias às 7 Maravilhas das Praias de Portugal constituirá também uma oportunidade de promoção do nosso destino e dos produtos/serviços que o nosso concelho tem para oferecer.

| POLÍTICA CULTURAL

A Cultura deve potenciar um desenvolvimento comunitário assente no conhecimento, na cidadania e na valorização pessoal. Este desiderato permitiu o elencar, em 2010 e 2011, de um conjunto de

objectivos gerais da política cultural da autarquia, aos quais se pretende dar continuidade nos próximos anos, resultando tal extensão temporal da significância destes e da média/longa duração associável à aferição da concretização e frutificação dos mesmos.

Neste sentido, pretende-se:

- Apostar numa política cultural centrada na valorização da identidade e cultura locais;
- Promover a cidadania e coesão social através de uma educação pela arte e pela cultura;
- Desenvolver uma política descentralizada de fomento cultural versando a criação de novos públicos;
- Prover a dinamização, qualificação, valorização e divulgação dos agentes culturais locais.

A valorização do património cultural, na sua componente identitária e, simultaneamente, turística, radica num programa estruturado de intervenções visando a identificação, conservação, estudo e divulgação deste activo de diferenciação e afirmação territorial.

Reconhecendo a identificação do património cultural existente, como primeiro passo de uma estratégia estruturada de defesa e valorização da matriz cultural concelhia, dar-se-á continuidade ao processo de levantamento e registo do património cultural móvel e imóvel do concelho de Peniche. Pretende-se através deste projecto que a comunidade seja chamada a identificar e reconhecer o seu património cultural. Depois do arranque deste projecto de Inventário Participativo no território da freguesia de Atouguia da Baleia, no âmbito do processo de instalação do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, pretende-se que em 2012 o mesmo se estenda a outras freguesias do concelho, nomeadamente a Serra d´El-Rei e às freguesias da cidade de Peniche: S. Pedro, N.ª Sr.ª da Conceição e N.ª Sr.ª da Ajuda. A selecção destes territórios, em particular, resulta do corrente desenvolvimento de vários projectos de natureza museológica em torno dos mesmos, com destaque para o Fórum Multiusos / Centro Interpretativo de Serra d´El-Rei, o Museu da Renda de Bilros de Peniche e a requalificação da exposição permanente do Museu Municipal.

No domínio da recuperação do património histórico, será dada continuidade a várias intervenções no domínio da conservação e restauro de património cultural de índole móvel e imóvel, com destaque para a requalificação da Fortaleza de Peniche e para o tratamento do espólio do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia.

Continuará a ser apoiado o projecto de escavação arqueológica do sítio do Morraçal da Ajuda (cidade de Peniche), em curso desde 1998, e que tem possibilitado a redescoberta do passado conserveiro

de Peniche. Com vista à constituição de um Núcleo Museológico "in Situ", foi submetida uma candidatura ao GAC – Grupo de Acção Costeira.

No âmbito da divulgação do património cultural será dada continuidade à "Rota das Igrejas do Concelho de Peniche", projecto dinamizado em parceria com as paróquias de Peniche, Atouguia da Baleia e Serra d' El-Rei, e as Misericórdias de Peniche e Atouguia da Baleia, e que entre Julho de 2009 e Novembro de 2011 permitiu o usufruto deste património religioso por um número superior a 140 mil visitantes.

Projecto basilar na afirmação da identidade concelhia, a Rede Museológica Municipal terá, na abertura e dinamização do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, o grande desígnio, contemplando a utilização da Igreja de S. José enquanto espaço multifuncional palco de eventos culturais e lúdicos. Será dado igualmente seguimento ao desenvolvimento dos projectos do Fórum Multiusos de Serra d´El Rei e do Museu da Renda de Bilros de Peniche. Pretender-se-á igualmente proceder à requalificação da exposição permanente do Museu Municipal, actualizando e reforçando as temáticas ligadas à economia do mar.

Considerando que a Cultura, nas suas diversas formas de expressão, pode desempenhar um papel decisivo na promoção da cidadania, da coesão social e criação de novos públicos, pretende-se dinamizar um conjunto de eventos e projectos no domínio das artes plásticas, do espectáculo, e da literatura, envolvendo a comunidade escolar, associações, colectividades e bairros sociais. Neste sentido, serão dinamizadas actividades formativas de iniciação e qualificação nos domínios do teatro, cinema e dança, salientando-se aqui a actividade do Estúdio Municipal de Dança. Será dada continuação ao projecto "*A poesia anda por aí*", dinamizado pela Biblioteca Municipal, visando a promoção da leitura e divulgação do texto poético em diversos locais do concelho, numa clara aposta na descentralização. Este equipamento cultural continuará a dinamizar um conjunto de actividades de promoção da leitura dirigidas à comunidade escolar, com destaque para exposições temáticas, visitas orientadas e a leitura de textos literários.

Pretende-se desenvolver uma programação cultural descentralizada, dirigida a públicos diversos, que aposte igualmente na valorização dos actores e agentes culturais concelhios, facto consubstanciado no apoio à realização de eventos de natureza lúdica, de exposições em equipamentos municipais, ou no desenvolvimento de actividades no domínio da formação artística. Neste particular, pretende-se dar continuidade a um ciclo de *workshops* de iniciação ao teatro, destinado a actores amadores e ao

público em geral, iniciado em 2011, promovendo uma introdução a esta arte performativa, numa perspectiva de qualificação artística e de valorização pessoal.

Continuarão a ser celebrados os meses temáticos, como o Mês do Teatro (Março), o Mês da Liberdade (Abril) ou o Mês do Mar (Novembro).

A Estratégia Municipal para o Mar contemplará também a dinamização de um conjunto de actividades, eventos e projectos nos quais o Mar, na sua culturalidade, surgirá como eixo director.

Ao longo do ano terão lugar várias exposições, tendo como palco os equipamentos culturais da autarquia. Dar-se-á especial destaque às temáticas da identidade e cultura locais, bem como à valorização dos artistas plásticos locais, com várias mostras individuais e colectivas.

Terão lugar igualmente algumas conferências focando temas ligados à matriz cultural de Peniche, com destaque para a continuidade do ciclo "*Conferências do Forte*", tendo como palco a Capela de Santa Bárbara, na Fortaleza de Peniche.

Este programa será realizado em articulação com os pelouros da Educação, Juventude e Acção Social.

| DESPORTO, PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL E PISCINAS MUNICIPAIS

Desporto

Pretende-se dar continuidade a uma metodologia que se alicerça na existência de um eixo estratégico de intervenção no qual se entroncam diferentes objectivos nas áreas do apoio e incentivo à prática desportiva organizada, apoio às dinâmicas sócio-desportivas e incremento do associativismo local, promoção do desporto como factor de saúde e qualidade de vida em projectos de desporto para todos, pretendendo fomentar o Desporto no nosso concelho e proporcionar a todos os cidadãos estilos de vida activos e melhor qualidade de vida.

Particularmente importante no conteúdo da programação desta área e a que será dado um forte apoio é a realização de actividades relacionadas com os desportos da fileira da onda, de âmbito nacional e internacional. No tocante ao Surf e Bodyboard serão apoiadas as provas dos circuitos mundial (Rip Curl Pro 2012), e o Circuito de Surf e Bodyboard de Peniche.

Em destaque estará mais uma vez nas edições de 2012, a Corridas das Fogueiras e da Corrida das Fogueirinhas, que se esperam continuar a ser mobilizadoras como sempre, tanto em termos de participantes, como de organização, o 29º Triatlo Cidade de Peniche e a Corrida e Caminhada da Praia Norte.

A concessão de apoios a eventos organizados por Associações, Escolas e Clubes desportivos do Concelho, nas mais diversas áreas, continuará a merecer a atenção da Autarquia, dando como exemplo o Corta Mato Escolar, o Tri-Escola (Aquatlo, Duatlo e Triatlo) e a Corrida do 1º Ciclo – AEC'S 2011.

Manteremos uma política de atribuição de subsídios às associações em actividade, com vista a possibilitar a solução de problemas decorrentes do seu normal funcionamento. Os montantes a atribuir terão em conta a actividade e a dimensão de cada associação desportiva.

Por último, importa reforçar a importância da realização em Peniche de provas de âmbito nacional e internacional, como factor de valorização da componente turística e promocional da cidade e do próprio desenvolvimento económico, associado à prática desportiva, para o qual procuraremos estar atentos, dentro das nossas objectivas capacidades, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos.

Parque de Campismo Municipal

O Parque de Campismo Municipal vai continuar a merecer toda a atenção por parte da autarquia, nomeadamente no âmbito da modernização e manutenção de equipamentos e edifícios.

Assim, para o ano de 2012, irá ser dada continuidade aos trabalhos de melhoria, que vão merecer a implementação de soluções graduais de forma a minimizar os impactos negativos junto dos seus utilizadores.

Também para o ano de 2012 a autarquia irá proceder à abertura de um concurso público para a exploração do Bar e Minimercado do Parque.

Com estas iniciativas prevêem-se melhorias significativas na fruição, conforto e bem-estar dos utilizadores do Parque de Campismo Municipal.

Piscinas Municipais

Para 2012, estão inscritas nas Grandes Opções do Orçamento a realização do Festival de Hidro-Carnaval, o Festival de Encerramento e o Campo de Ferias da Pascoa e do Verão, onde todos os participantes recebem uma t'shirt.

Ao nível do investimento, está inscrito, a Implementação do Sistema de Energia Solar Termodinâmica para aquecimento de águas e climatização da piscina.

|TRÂNSITO

Nos domínios da acessibilidade, mobilidade e da segurança rodoviária, a Comissão Municipal de Trânsito vai continuar a dar a devida atenção nas reuniões regulares, a apresentar soluções para a problemática do trânsito no concelho de Peniche. Apontamos para 2012, a implementação do projecto, desenvolvido ao longo de 2011, conjuntamente pelo DEPPC e pelo DOM, relativamente à reordenação do trânsito numa zona central da cidade, designadamente desde o Largo 5 de Outubro, Largo D. Pedro V, até ao Campo da República, passando pela Rua José Estevão e outras ruas transversais que confluem, nesta artéria principal. Esta proposta foi amplamente debatida na reunião de Câmara Municipal de Trânsito de 2 de Novembro, tendo obtido alargado consenso.

Na sequência da aprovação em sede da Câmara Municipal de Peniche, de soluções para alguns pontos nevrálgicos da cidade, depois de construída a Rotunda na Avenida Porto de Pesca, vão ser instalados os primeiros semáforos na zona do cruzamento do antigo Dispensário, aguardando-se apenas pela divulgação do procedimento concursal desenvolvido para o efeito.

A implementação de uma nova Rotunda na Rua General Humberto Delgado com a Av. Paulo VI.

Para aumentar a segurança dos peões, será dada continuidade à política de aplicação de acalmia, de trânsito nas localidades de Coimbrã, Bolhos, Bufarda, Serra D'El-Rei e Ferrel.

Implementar, em 2012, uma solução global de zonas de estacionamento pago na cidade e nas praias do Baleal e Consolação, que permita potenciar as zonas de estacionamento em causa e permita à Autarquia arrecadar novas receitas.

Manter-se-á como objectivo continuar a erradicar gradualmente as barreiras arquitectónicas existentes, melhorando as condições de circulação para pessoas com mobilidade reduzida, sendo esta também uma forma de distinguir Peniche e promover a necessária atractividade do concelho.

| CULTURA DE SEGURANÇA, CIDADANIA E PROTECÇÃO CIVIL

Cultura de Segurança e Cidadania

Cada vez mais a Cultura de Segurança e Cidadania é um tema em voga. O Município de Peniche, atento a este novo paradigma da Protecção Civil, tem apostado em chegar às camadas mais jovens. Desta forma pretende-se em 2012 continuar e fortalecer o projecto "Educação para a Segurança", iniciado no ano lectivo de 2010/11, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular (AEC), levando-se a cabo um projecto-piloto com 3 turmas do primeiro ciclo. No ano lectivo de 2011/12 o projecto irá continuar, abrangendo quatro turmas do primeiro ciclo, num total de cerca de 95 alunos.

Ainda nesta temática, o Serviço Municipal de Protecção Civil – SMPC de Peniche continua a divulgar e incentivar a criação dos Clubes de Protecção Civil nas escolas.

Planeamento de Emergência

Durante o ano de 2012, o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Peniche, após revisão e melhoramento, será encaminhado para a última instância do processo de aprovação, a Comissão Nacional de Protecção Civil. O Município de Peniche fica assim dotado de um Plano de Emergência de segunda geração, instrumento fundamental ao bom desenvolvimento das operações de socorro.

Na área do planeamento de emergência, é ainda de referir, que em 2012, o SMPC pretende dar continuidade ao projecto iniciado em 2009, "Berlenga mais Segura", sendo garantido durante os meses de Verão, o funcionamento do posto de socorros existente na ilha.

No âmbito das arribas, também é pretensão do Município manter o programa de monitorização e sensibilização na faixa costeira a norte do concelho, nomeadamente no espaço entre a praia do Baleal Norte e a praia do Pico da Mota, com especial enfoque na zona da praia da Almagreira.

Sempre que justificável, serão realizados Planos Prévios de Intervenção – PPI para os diversos eventos que se realizam a nível municipal. O PPI é um instrumento que possibilita o desencadeamento sistematizado da resposta a operações de protecção e socorro, permitindo conhecer antecipadamente os cenários e os meios, garantindo-se assim uma melhor gestão integrada de recursos.

Informação pública

O SMPC de Peniche continuará a efectuar o acompanhamento e a tomada de medidas preventivas face aos Alertas decretados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, divulgando junto da população estas informações que podem representar um acréscimo nas medidas de autoprotecção. São formas prioritárias de difusão de informação o sítio da internet do Município (www.cm-peniche.pt) e a rádio local.

Gabinete Técnico Florestal

O Gabinete Técnico Florestal - GTF do Município de Peniche encontra-se integrado no SMPC de Peniche, sendo este um recurso acessível a todos os Munícipes, que poderão colocar as suas dúvidas ao Eng. Florestal. O GTF do Município de Peniche tem ao seu dispor uma equipa de sapadores florestais de carácter intermunicipal (Peniche/Óbidos/Lourinhã), que desenvolve acções de silvicultura preventiva, vigilância armada e primeira intervenção no combate aos incêndios florestais.

| CEMITÉRIOS – CASA MORTUÁRIA

O início da construção da Casa Mortuária na cidade de Peniche terá lugar durante o ano de 2012. Por motivos de ordem financeira, esta obra será executada por administração directa pelos serviços do Departamento de Obras Municipais.

Nesta frente de trabalhos a outra prioridade a desenvolver em 2012 será o da execução do projecto de alargamento do Cemitério da Freguesia de Ferrel, que está a ser elaborado pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, dando sequencia às pretensões manifestadas da Junta de Freguesia desta localidade.

|Política Social e Coesão Sócio-Territorial

A Câmara Municipal de Peniche tem com uma das prioridades dar continuidade ao desenvolvimento de uma política social que seja favorecedora da coesão social concelhia. Para tal, tem promovido vários instrumentos que permitem o combate e a exclusão social na perspectiva da melhoria do nível social da população. São instrumentos que proporcionam uma intervenção sistémica, plurissectorial, sustentada num trabalho em rede, estimulando áreas como sejam, a educação, a formação, o emprego, a habitação, a saúde, a cultura, o lazer, entre outras, e a incentivar uma cultura de empreendedorismo, com o indivíduo/família, grupos vulneráveis crianças/jovens e idosos, organizações locais e comunidade em geral.

Neste sentido, são enumerados de uma forma sucinta os vários instrumentos:

Política Social de Habitação

A Câmara Municipal de Peniche parte do princípio de que o acesso à habitação é uma condição fundamental para a promoção da integração plena, da qualidade de vida, do bem-estar e da participação social activa das famílias e dos indivíduos em situação de desfavorecimento social.

Continua a preconizar uma intervenção integrada ao nível dos bairros sociais, isto é, uma intervenção numa dupla vertente, por um lado, ao nível da reabilitação do edificado e da requalificação das zonas envolventes e, por outro lado, ao nível de um trabalho de proximidade junto das pessoas e famílias, de apoio à integração social, de promoção da cidadania, de incentivo ao empreendedorismo e de animação comunitária.

Apoio ao arrendamento Jovem

Continuação do apoio na elaboração de candidaturas ao Programa Porta 65 – Jovem, aos jovens interessados em beneficiar desta medida de apoio ao arrendamento que manifestem dificuldades de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, no âmbito do Protocolo estabelecido com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU);

Reabilitação/regeneração:

- PROGRAMA PROHABITA:

- A operacionalização do Programa Prohabita para o ano de 2012 envolverá a reabilitação dos bairros sociais COOSOFI, Fernão Magalhães, Valverde;

Acção Social

- GPS - Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade – Vai manter os gabinetes de proximidade em diferentes territórios do concelho. Esta proximidade promove a acessibilidade das populações carenciadas e /ou em situação de exclusão social a bens e serviços de âmbito social, da saúde, da formação e emprego, habitação. A procura destes gabinetes tem vindo aumentar substancialmente.

No âmbito do projecto, irão continuar a ser desenvolvidos esforços de incentivo ao trabalho em rede e de mobilização para o trabalho em parceria das diferentes organizações e profissionais com intervenção social, assim como de mobilização dos próprios destinatários das medidas de inclusão. No que diz respeito à promoção do trabalho em rede, o GPS continuará a dinamizar a rede concelhia de apoio alimentar e de distribuição de bens de primeira necessidade a carenciados, no sentido da adequação da oferta à procura, melhorando a eficácia das respostas às necessidades existentes. Da mesma forma irá dar-se continuidade ao processo de alfabetização adulta com objectivo da certificação escolar e aumento de competências pessoais e sociais.

- Promoção da Cidadania Sénior - orienta-se para a população idosa e tem por objectivo a promoção de um envelhecimento saudável e o combate ao isolamento social. Entende-se como prioridade o estabelecimento de uma maior proximidade geográfica no âmbito da intervenção através da dinamização de acções junto da população idosa, efectuadas em vários locais do nosso concelho. Consciente do envelhecimento demográfico do concelho, a Câmara Municipal irá continuar a investir na dinamização do trabalho em rede entre as diferentes instituições de apoio a idosos, através do Plano interinstitucional de Promoção de Cidadania Sénior.

- Gestão de equipamentos sociais na área das crianças e jovens - ATL Arco-Íris e na área dos idosos – Centro de Convívio;

- Parcerias**:** O envolvimento do Município em parcerias institucionais como acontece no caso da Rede Social, do RSI (Rendimento Social de Inserção), da CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e

Jovens), do GIP (Gabinete de Inserção Profissional), do Projecto "Azimute 270º", Projecto Porto + Seguro e Projecto Sidade Aberta e do Projecto "Ala Arriba".

- GIP – Gabinete de Inserção Profissional - presta apoio à população desempregada, através da criação de condições para o emprego, nomeadamente: encaminhamento para formação profissional e para as empresas com ofertas de emprego da região;

- Rede Social - estrutura de parceria institucional, que é presidida pela Câmara Municipal de Peniche e que tem por finalidade incentivar a criação de condições, a nível local, para a confluência de sinergias e a congregação de recursos no combate à pobreza e exclusão social, os objectivos centrais irão incidir na promoção e consolidação do trabalho em parceria e, de uma forma particular, na construção e disponibilização de instrumentos de suporte ao trabalho em rede. Manter-se-á a manutenção do Grupo de Trabalho "Emprego, Formação e Empreendedorismo" no sentido de se identificar as ofertas formativas existentes e mais ajustadas, desenvolvendo estratégias que permitam conciliar o calendário formativo com a oportunidade de inserção laboral, nomeadamente no que diz respeito às ofertas de trabalho sazonais;

- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche **-** O Município manterá o necessário apoio administrativo/logístico, organizacional e jurídico à CPCJ, continuando a assegurar a coordenação e o apoio técnico na gestão de casos.

Saúde

O bem-estar e qualidade de vida da população do concelho que se reflecte no nível da população configura uma preocupação da Câmara Municipal. Neste sentido, propõe-se a dar continuidade às seguintes acções:

• Dinamização do Conselho da Comunidade da área da abrangência do ACES ON, por ter a presidência deste órgão;

• Acompanhamento do Plano Director do Hospital de Peniche;

• Acompanhamento da constituição da UCC, da USF, das Unidades Personalizadas – Levantamento das necessidades de cuidados de saúde;

• Articulação com os serviços de saúde locais na dinamização de projectos para a promoção da saúde nomeadamente no âmbito de Hábitos de vida Saudáveis, ambientes saudáveis, obesidade e alcoolismo, através da Comemoração de dias;

•Desenvolver acções que contribuam para a saúde dos trabalhadores da CMP – Combate aos consumos nocivos, nomeadamente o alcoolismo.

Politica Municipal para a Juventude

Reconhecendo a importância do lugar e do papel dos jovens na sociedade actual e futura, o Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Peniche irá continuar a disponibilizar incentivos aos jovens para a participação social e o empreendedorismo, apoiando as iniciativas das associações juvenis.

Em 2012, será dado continuidade às seguintes actividades:

• Acompanhamento das associações juvenis concelhias, bem como das suas actividades;

• Acolhimento/intervenção/acompanhamento dos jovens no sentido de apoiar as suas iniciativas,

• Dinamização da Semana da Juventude

Politica Municipal para o Associativismo

A Câmara Municipal de Peniche reconhece que o associativismo local constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho, o qual contribui para a coesão social, identidade local e qualidade de vida da população. As associações são estruturas organizadas e representativas das populações que desempenham uma importante função social complementando o papel do Estado, sobretudo a nível do desporto, da cultura, do lazer/recreativo, e da solidariedade social.

Reconhecendo a importância do associativismo, o Município está empenhado em reunir condições para a valorização e potenciação do papel das associações, nomeadamente através da criação e implementação de um instrumento de planeamento estratégico que consiste na CARTA LOCAL DO ASSOCIATIVISMO.

O processo tendente à construção da Carta Local do Associativismo, ao ter por base uma metodologia activo/participativa, irá ele próprio funcionar como uma alavanca de promoção da comunicação interassociativa, de interface, de conhecimento mútuo, de articulação em rede, de cooperação e rentabilização de recursos associativos.

A Carta Local assenta em três eixos fundamentais com as seguintes orientações:

- Proceder à identificação e à caracterização dos recursos associativos,

- Estabelecer a regulamentação para acesso aos apoios municipais, de acordo com a planificação das áreas de apoio municipal ao associativismo.

- Permitir a elaboração/divulgação da agenda de actividades das associações

| ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA O MAR …PENICHE, SEMPRE O MAR…

É amplamente reconhecido a nível Nacional, o papel de liderança e dinamismo do concelho de Peniche na concretização objectiva de acções em torno do Mar nos mais diversos domínios: ambiente e desenvolvimento sustentável, tradição, modernidade, cultura, educação, inovação e tecnologia, não esquecendo a sua principal actividade económica – a Pesca.

Para além da tradição ao nível da pesca, as ondas e os desportos de deslize (surf, bodyboard, etc.) assumem, cada vez mais, um papel preponderante na promoção e desenvolvimento local, conferindo igualmente uma forte imagem de modernidade. Este factor distintivo do concelho de Peniche é encarado actualmente como uma oportunidade efectiva para o seu desenvolvimento sustentável no futuro próximo.

No actual contexto nacional e internacional, caracterizado por um forte constrangimento económico-financeiro, a fórmula de sucesso para o desenvolvimento sustentável dos territórios deverá assentar na exploração dos seus recursos endógenos e diferenciadores, os quais não sejam passíveis de ser replicados em outros locais, quer seja por inexistência da matéria-prima ou de massa crítica que a possa valorizar enquanto produto.

Associado à exclusividade do recurso, deverá estar igualmente um potencial intrínseco passível de gerar atractividade, notoriedade e desenvolvimento económico. Neste enquadramento, a nível nacional facilmente identificamos o potencial do recurso Mar, e ao nível do concelho de Peniche as Ondas! As ondas existem em Peniche e as suas características não são passíveis de replicar em outros locais nacionais ou internacionais.

Nesse sentido, o Município de Peniche, no âmbito do seu plano estratégico de desenvolvimento – Magna Carta Peniche 2025 identificou, no conjunto das acções prioritárias, a construção do Centro de

Alto Rendimento de Surf (CAR Surf) e a realização de um evento de elevada projecção mediática nacional e internacional – Rip Curl Pro Portugal. As acções anteriormente referidas já se encontram em execução e continuarão a ser parte integrante das Grandes Opções do Plano para 2012.

"Peniche – Capital da Onda", é a marca que a Câmara Municipal de Peniche definiu por forma a constituir um factor distintivo do seu território. Associando uma dupla dimensão da onda, desporto e energia, esta designação pretende sobretudo afirmar Peniche no contexto nacional e internacional legitimamente sustentada nas suas características naturais, potencialidades e oportunidades que existem no concelho de Peniche.

Ao nível da energia das ondas, durante o primeiro semestre de 2012 será instalado na praia da Almagreira o protótipo da versão pré-comercial da tecnologia *Waveroller,* com uma potência de 300kw, dando início a uma nova era do aproveitamento energético de um dos nossos maiores recursos. De referir que o projecto SURGE (*Simple Underwater Renewable Generation of Eletricity* – produção de energia renovável debaixo de água), envolve um investimento de cinco milhões de euros, dos quais três milhões são financiados pela Comissão Europeia, após aprovação no âmbito do Sétimo Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento.

O SURGE envolve um consórcio Europeu do qual fazem parte, entre outros, o Município de Peniche, os Estaleiros Navais de Peniche e o Grupo Lena. O SURGE consiste na optimização da tecnologia «*Wave Roller*», desde a concepção e construção do protótipo à monitorização dos dados obtidos na produção de energia. O parceiro-líder deste consórcio internacional é a empresa finlandesa *AW Energy*, a qual tem vindo a desenvolver nos últimos 3 anos a sua tecnologia no concelho de Peniche.

O Município de Peniche adoptou a nível local a Estratégia Nacional para o Mar, criada em Agosto de 2005 pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 128, como documento orientador da sua abordagem ao Mar. A concretização de tal documento estratégico a nível Municipal foi elogiada publicamente pelo Senhor Presidente da República aquando da sua visita a Peniche, em Maio de 2010, no âmbito da 3ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, tendo reconhecido publicamente o dinamismo e o esforço do Município de Peniche na concretização de um conjunto significativo de acções que se traduzem na implementação de uma verdadeira Estratégia para o Mar.

A nível Nacional, o Município de Peniche integra a direcção da Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar, pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, que tem por principal objectivo dinamizar o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar, promovendo o

desenvolvimento de relações de cooperação entre instituições do sector científico, empresas e entidades associativas dos diferentes sectores e actividades, cuja área funcional de procura final é o Mar.

A atribuição da nomeação das Berlengas como Reserva da Biosfera da UNESCO a 3º de Junho de 2011 foi de extrema importância para o Município de Peniche por diversas razões. Em primeiro lugar porque é um justo reconhecimento da mais-valia em termos de património natural do arquipélago das Berlengas baseado em parâmetros concretos definidos pela UNESCO. Por outro lado, reconhece os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para compatibilizar a presença humana com a conservação da natureza por parte da Câmara Municipal de Peniche e da Associação Berlenga – Laboratório de Sustentabilidade.

Ao ser reconhecida como Reserva da Biosfera, atesta igualmente a sua importância ao nível da investigação científica para a qual a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (Instituto Politécnico de Leiria) tem contribuído com um conjunto significativo de projectos de investigação e de voluntariado para o ambiente. Ao ser designada como Reserva da Biosfera, aumenta as responsabilidades de todos aqueles que de algum modo possuem competências ao nível da gestão e no seu usufruto tendo por objectivo o desenvolvimento de acções concretas para a promoção do desenvolvimento sustentável deste território singular.

Na área do Mar, pretendemos igualmente aprofundar a relação de estreita colaboração com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (Peniche) do Instituto Politécnico de Leiria envolvendo a dinamização de projectos com forte impacto no desenvolvimento local e regional no âmbito do Turismo e dos Recursos Marinhos. É expectável que no decurso de 2012, o Instituto Politécnico de Leiria proceda ao lançamento do concurso público para a construção na zona portuária do edifício que albergará as actividades de investigação científica aplicada aos recursos marinhos – CeteMares. Trata-se de um projecto que assume uma elevada importância para o concelho de Peniche, colocando-o numa posição de destaque para o surgimento de novas actividades económicas relacionadas com o aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. O projecto CeteMares foi desde a primeira hora apoiado pelo Município de Peniche, enquadrado na sua estratégia de desenvolvimento local – Magna Carta Peniche 2025 -, e pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. Trata-se de um investimento que ronda os 3 milhões de euros, sendo co-financiado pelo QREN.